

Territorios 36 / Bogotá, 2017, pp. 139-157
ISSN: 0123-8418
ISSNe: 2215-7484

Espaço, imagem e memória: adensamento dos conteúdos coletivos à materialidade da cidade

*Space, Image and Memory: Consolidation of Collective
Contents over the Materiality of the City*

*Espacio, imagen y memoria: consolidación de los contenidos
colectivos a la materialidad de la ciudad*

Andrei Mikhail Zaiatz Crestani*
Regina Maria Martins de Araújo Klein**

Recebido: 2 de dezembro de 2015

Aprovado: 5 de maio de 2016

Doi: <http://dx.doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/territorios/a.4382>

Para citar este artigo:

Crestani, A. M. Z. & Martins de Araújo Klein, R. M. (2017). Espaço, imagem e memória: adensamento dos conteúdos coletivos a materialidade da cidade. *Territorios* (36), 139-157. Doi: <http://dx.doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/territorios/a.4382>



* Visiting Scholar na Columbia University - EUA com bolsa CAPES na modalidade PDSE (2015-2017). Doutorando em Arquitetura e Urbanismo no IAU-USP (CAPES 5). Mestre em Gestão Urbana (PUCPR CAPES 5-2012) com bolsa CAPES no programa de Mestrado em Planejamento e Projeto do Espaço Urbano (Universidade de Cuyo - Argentina). Especialista em Paisagismo: Planejamento e Projeto (PUCPR 2012). Arquiteto e Urbanista (PUCPR - 2010). Docente no curso de graduação de Arquitetura e Urbanismo e na especialização em Arquitetura da Paisagem da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. E-mail: andreizaiatz@gmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-8362-8853>



Palabras clave

*Relações socioespaciais;
memória coletiva;
patrimônio cultural;
apropriação coletiva;
gestão urbana.*

Keywords

*Socio-spatial relations,
collective memory,
cultural heritage,
collective appropriation,
urban management.*

Palabras-chave

*Relaciones socio-
espaciales, memoria
colectiva, patrimonio
cultural, apropiación
colectiva, gestión urbana.*

RESUMO

As relações socioespaciais conferem conteúdo ao espaço urbano e imprimem no tempo significados que se adensam materialmente. No percurso temporal-cronológico, relações tangíveis e intangíveis constroem a paisagem urbana tecendo memórias coletivas, que se endereçam a lugares da cidade. Neste trabalho, discute-se o processo de assentamento de significados e memória coletiva nos espaços urbanos e sua relação tanto com ações de gestão quanto com a apropriação populacional. O objeto empírico é o Largo da Ordem, em Curitiba - que se destaca na rede de espaços simbólicos da cidade. A metodologia se fundamenta no levantamento bibliográfico das notícias publicadas em jornais nos últimos 50 anos, relativas a esta porção da cidade e em imagens retiradas da rede social - representando a área de estudo - em 2015, estabelecendo um paralelo entre: imagem, que se constrói historicamente entre ações de gestão; e os fragmentos desta memória, que permanecem (ou não) na apropriação contemporânea.

ABSTRACT

The socio-spatial relations that provide urban space with a content, print out meanings through time and become materially dense. Over time, the tangible and intangible relations build the urban landscape, attaching collective memories to spatial addresses in a city. This research argues about the collective's meanings and memories, exploring how those can be recognized in urban spaces, and what the role of urban managers and the population in this process is. The methodological approach used was a case study considering "Largo da Ordem" as the research object, which takes an important place in the network of symbolic spaces in Curitiba, Brazil. The methodology is based on literature review, including the last 50 years of media reports related to this place as well as images registered and published by the population in 2015. The overall objective was to establish a parallel between the images historically enhanced by managers actions and its abidance (or not) on contemporary collective appropriation.

RESUMEN

Las relaciones socio-espaciales que dan contenido al espacio urbano imprimen en el tiempo significados que se vuelven densos materialmente. Relaciones tangibles e intangibles construyen el paisaje urbano, tejiendo memorias colectivas que se asignan a los lugares de la ciudad. Este trabajo discute el proceso de asentamiento de los significados y de la memoria colectiva en los espacios urbanos y su relación con las acciones de gestión y apropiación de la población. El objeto empírico específico - "Largo da Ordem" en Curitiba - se destaca en la red de espacios simbólicos de la ciudad. La metodología se funda en la análisis de las noticias de periódicos en los últimos 50 años en relación con esta porción de la ciudad, y en imágenes registradas por los usuarios en 2015, estableciendo el paralelo entre la imagen que se construye históricamente en acciones de la gestión y los fragmentos de esta memoria que quedan (o no) en la apropiación contemporánea.

Introdução

As interações sociais no espaço urbano produzem conteúdos que têm expressões para além dos aspectos concretos da cidade. A percepção deste conteúdo, assim como a formulação da imagem urbana que a ele se associa, extrapolam a visibilidade e se fazem sensíveis também por meio de relações intangíveis de significações, práticas e referências culturais.

Na combinação entre tempos e espaços – no plural – a cidade reúne elementos de diferentes idades, ao mesmo tempo em que no presente é atualizada por ações e agentes do espaço urbano. Assim, a cidade é um artefato cultural que tem seu(s) sentido(s) erigidos no adensamento de processos que não se subordinam apenas às suas realizações técnicas e que escapam, em vários momentos, à visibilidade.

Nos limiares da apreensão visível à ideia coletiva que temos da cidade, formará sua síntese e irá compor a imagem urbana (Rossi, 2001). Esta imagem terá uma relação interdependente com um tempo horizontal (tempo vivido)¹ e vertical (tempo cronológico)² de apreensão do espaço. Vertical, na medida em que será no desenrolar de construções sociais, que a ideia e imagem de cidade coletivamente reconhecível, será capaz de se referenciar. Horizontal ao passo que esta imagem é apreendida aos poucos, ou seja, não é possível reconhecer o todo de seu conteúdo de uma vez só: suas partes constituintes se revelam em diferentes amplitudes, tendo o

observador filtros que também selecionam o conteúdo que se percebe.

O ato de ver diferencia-se do processo de formulação de uma imagem. Enquanto ver consiste numa ação involuntária, a imagem recria a aparência do que foi visto dando corporeidade – de forma intencional – a um local e um tempo. A imagem pressupõe fixação de valor, que seleciona do todo percebido, os elementos mais significativos ao observador. Assim, a notoriedade de um cenário é tanto mais forte quanto for a referência de sua imagem, e quanto mais fácil este se torna imaginável sem ser visualizado.

Pela dinamicidade própria da transformação do ambiente urbano, suas diferentes temporalidades se sobrepõem e permitem que referências do passado coexistam e continuem no tempo presente (Almozara & Dias, 2002) (figura 1).

Portanto, como artefato cultural, a cidade encontra nas trocas coletivas a base de sua imagem, ou seja, não há imagem urbana sem a experiência do outro, mesmo para uma imagem percebida “individualmente”. A interseção das imaginações individuais expressa a imagem comum de cidade que quando transmitida, cultivada e revivida entre diferentes gerações, instala-se como memória coletiva.

Neste sentido, a imagem da cidade tem referência tanto na morfologia espacial que imanta aspectos de sua visibilidade, quanto nas relações de sociabilidade que se estabelecem entre objetos e corpo social. Tais processos de sociabilidade se desenvolvem como uma relação cultural, onde valores

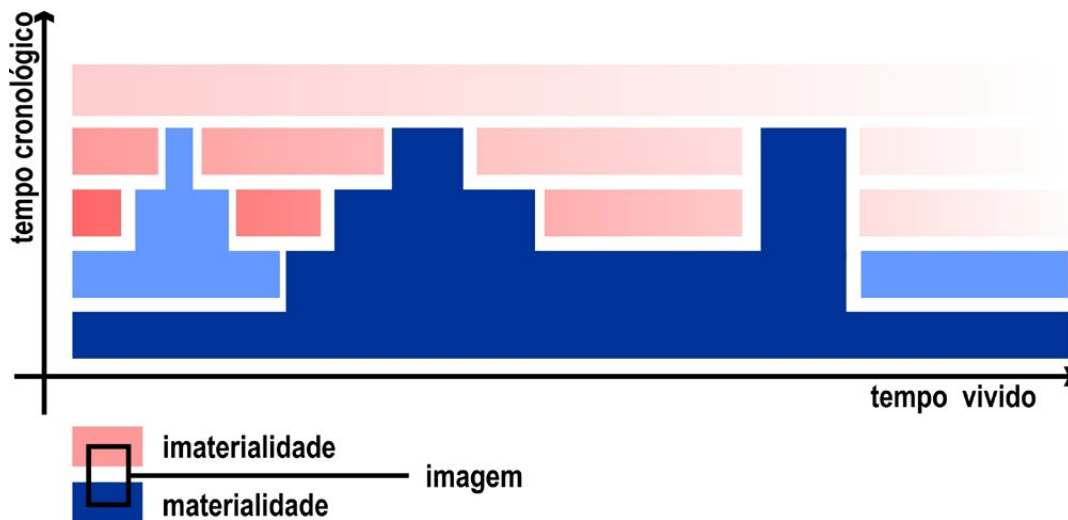
←

*** Doutoranda em Gestão Urbana (PUCPR). Mestre pelo programa de Gestão Urbana (PUCPR - 2013). Arquiteta e Urbanista (UFPR - 2001). Especialista em Planejamento da Paisagem pela PUCPR (2010). Docente no curso de graduação de Arquitetura e Urbanismo e na especialização em Arquitetura da Paisagem da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. E-mail: reginamma@gmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-3329-0959>*

¹ *Eixo de significado associado ao tempo vivido é resultado de uma experiência consciente, caracterizando-se por incomensurabilidade, qualidade, irreversibilidade, sucessividade, intensidade e curta duração (Reis, 2006).*

² *Eixo cronológico do tempo, registrando a progressividade entre passado, presente e futuro (Reis, 2006).*

Figura 1: Processo de apreensão e construção da imagem da cidade



Fonte: Elaborado pelos autores, 2015.

específicos estarão ativos nos modos com que o indivíduo escolhe se relacionar e observar seu meio e o outro.

Logo, o entendimento de imagem da cidade reside em um campo mais simbólico que concreto mesmo que, em última análise, a imagem dependa de referência material para ganhar contorno: “Quando pensamos naquilo que constitui a cultura, nos possíveis elementos ou formas da experiência cultural, ingressamos em um território onde dominam decisivamente o simbólico e o imaterial” (Felinto & Andrade, 2005, p.77).

Compreender a cidade como forma e formato cultural permite relacionar sua concretude com imagens socialmente estabelecidas que também se referenciam no imaginário. As interações sociais ocorren-

tes nas micro-geografias urbanas darão o reconhecimento a determinados espaços como partes da imagem da cidade:

Cidades são formas extraordinárias de vida coletiva – meios para nossas interações em intensidades talvez impossíveis de serem alcançadas sem sua espacialidade particular. Elas expressam nossa natureza profundamente comunicativa, habitam nosso imaginário, amparam e ampliam nossa capacidade de produzir as ideias, artefatos e técnicas que viabilizam nossa continuidade; e o fazem em uma escala sempre crescente – uma escala cujo limite não conhecemos (Netto, 2014, p.19).

A capacidade comunicativa do ambiente urbano abre um campo possível

para o uso de sua imagem também como instrumento de sua gestão, na medida em que esta imagem coletivamente criada torna-se identitária do território que a incorpora. Este uso da imagem se articula para a promoção de significados que se queiram reforçados no imaginário coletivo como parte da identidade local - como (re)desenho do cenário que se deseja promover.

A difusão da imagem da cidade, como estratégia de gestão, tende a explorar a capacidade competitiva das particularidades do território, preocupando-se menos com a imagem legítima resultante de um acúmulo de tempos e significados, e mais com o destaque de características, símbolos e significados convenientes na estratégia de promoção da cidade em sua rede: “Um programa de gestão da imagem da cidade é, como recomendado, um sistema de atuação, dirigido ao conhecimento e fortalecimento da imagem territorial, com o objetivo de reforçar um posicionamento diferenciado e a melhoria das capacidades competitivas locais” (Azevedo, Magalhães & Pereira, 2010, p.234).

Neste processo são isolados alguns aspectos identitários que “sintetizariam” a imagem “captando o que ela pode oferecer aos diferentes segmentos de mercado, proporcionando ao mesmo tempo uma área fértil para a criação de imagens diferentes” (Azevedo, Magalhães & Pereira, 2010, p. 235). Se por um lado existe a promoção da cidade em sua rede competitiva, por outro a criação destas imagens dedicadas, negligencia grande parte da essência do

conteúdo elaborado. Negligencia não somente no encontro das falas, mas também nos conflitos, dissensos, nas experiências múltiplas, na vitalidade dos espaços populares que, na maioria das vezes, não estão na lista de características valorizadas na imagem (re)produzida pela gestão.

Este paralelo entre criação de uma imagem para consumo e construção de uma legítima – esta que se faz nas trocas socioespaciais e consolidação de referências de apropriação –, inscrevem seus sentidos e discursos na memória urbana em proporções desconhecidas entre si, confundindo-se e retroalimentando-se.

Pêcheux (1999) argumenta que o assentamento dos significados na memória se dá em um processo de repetição das práticas e discursos associados a determinado território. Deste modo, mesmo a repetição de mensagens imateriais (como o *marketing* da imagem criada) também pode habitar o imaginário urbano, a ponto de determinado recorte urbano corporificar tal “ideia” em forma de memória (imagem imaginação)³.

Neste sentido, o espaço urbano é tanto suporte quanto meio ativo da produção de memória de seus habitantes. Considerando a linguagem como meio de constituição das relações sociais, a transmissão de significados terá no espaço um canal capaz de dar visibilidade para o conteúdo da memória urbana (Netto, 2014), já que o espaço é representação formal de discursos sociais que se comunicam entre os diferentes tempos:

³ Tuan (1975) define *imagem imaginação* como a memória que tem a liberdade de expansão, associando o real ao imaginativo e ao fantasioso.

⁴ *Mantém a vivacidade ao longo do tempo, sem necessariamente pertencer ao passado, futuro ou presente.*

Nos tempos do espaço tensionam-se comunicação e transmissão [...]. Esse espaço que se comunica exige que não relativizemos os momentos históricos, mas percebamos as fronteiras entre eles, a fim de apreender espaços que se comunicam e se dispõem em parataxes (Ferrara, 2008, p.37).

Quando os espaços têm seus significados reconhecidos socialmente, eles passam a mediar ativamente a reprodução da memória urbana a eles associada. Assim, a relação de construção (social) da memória urbana participa de pelo menos três momentos: o primeiro quando pela experiência em comum da cidade se adensam significados coletivamente construídos e reconhecíveis de um local para o outro; o segundo quando a cidade comunica determinados significados por meio das inscrições visíveis e invisíveis pelos símbolos de distintas localidades, estabelecendo pontos de reconhecimento entre os lugares urbanos; e o terceiro no momento onde tais movimentos simbólicos passam a referenciar as práticas sociais de acordo com a espacialidade de cada localidade (Netto, 2014). Neste processo, cada porção da cidade irá conter a memória urbana tanto pela referência concreta dos movimentos que a consolidaram, quanto pela imagem coletivamente construída (vívida) que se desenhou pelas interações simbólicas.

No reconhecimento da memória urbana existe, assim, a necessidade de se abordar as condições nas quais os eventos sociais (marcados ou não pela construção material) podem inscrever-se na continui-

dade da memória de determinado espaço (Pêcheux, 1990), pelo potencial imanente destes eventos em mobilizar significados e heranças simbólicas reconhecíveis no tempo e no espaço.

Existe aí uma relação dialética da memória com os espaços que a ancoram, pois tanto a memória coletiva se edifica pelas referências espaciais, como os grupos também depositam, nos diferentes lugares urbanos, suas lembranças e imagens daquele recorte.

Determinada materialidade onde a memória vai se referenciar, está relacionada tanto ao planejamento urbanístico quanto ao cotidiano das práticas urbanas. Permanece, portanto, a necessidade de se interpretar como as iniciativas de planejamento urbano alcançam a legitimidade da memória urbana coletiva, e o quanto tal processo exclui ou inclui no seu discurso, as apropriações socioespaciais espontâneas que significam os espaços urbanos.

1. Corporificação da imagem urbana e sustentação da memória coletiva

A cidade registra diferentes períodos da urbe e da narrativa da vida dos participantes que a experimentam: “mesmo após o fim de um período cronológico, as influências culturais e simbólicas permanecerão inscritas no espaço, e ainda farão parte de sua estrutura material” (Crestani, 2014, p. 29). A reunião de passado e presente imprime um caráter atemporal⁴ à paisa-

gem urbana (Duarte, 2006; Santos, 2008; Yázigi, 2001).

Os espaços atemporais podem ser considerados como registros de memória que conectam o indivíduo ao seu contexto e explicam a dialética entre a permanência e a mudança da cidade (Pallasmaa, 2011). A partir do momento que determinado local é reconhecido como simbólico pela população, ele comunica esses signos além das gerações que o identificaram (Assmann, 2011). Ao criar vínculos com o simbolismo dos espaços, o homem estabelece referências concretas de identidade capazes de materializar fragmentos da memória coletiva (Halbwachs, 2006; Maluf, 2008).

Deste modo, como já argumentado, memória e espaço não se dissociam. A primeira codifica conteúdo em imagem, que terá uma situação espacial reconhecível. Essas associações conduzem facilmente à concretização da lembrança por meio de espaços simbólicos, referenciada em monumentos históricos, ícones contemporâneos ou marcos⁵ (Assmann, 2011).

Os monumentos, por terem a propriedade de se manterem constantes em um presente estendido, aportam as sensações flagradas ao longo do tempo, sendo elos de recordações comuns (Ferrara, 2002)⁶ – são permanências no tempo vertical, ou seja, sobrevivem como elo de significados entre gerações. Esses elementos são estímulos às lembranças sociais daqueles que compartilham a mesma história, valorizando acontecimentos e personagens em cenário específico (Martins, 2010).

Este contexto tem levado à delimitações de paisagens a serem protegidas em função da expressividade de valores universais ou regionais (Unesco, 1999). Defende-se que os conjuntos históricos ou tradicionais, assim como suas ambiências, devem ser considerados como um todo coerente, onde o equilíbrio se estabelece tanto pela continuidade das atividades humanas como pelas construções e a estrutura espacial das zonas circundantes. A relação de sustentabilidade deste conjunto respeita qualidade, uso e significado (Iphan, 2004). Logo, os significados não estão explícitos na condição de bem histórico. A lembrança social não se confunde com os espaços eleitos por serem representativos de celebração histórica, mas remete à apropriação e à recordação do local como responsável pela identidade do pertencimento (Ferrara, 2002; Nora, 2008).

Um espaço sobrevive como lugar de memória quando é retomado, renovado ou inovado pela força de seus signos (Ferrara, 2002). No sentido da renovação, os ícones contemporâneos têm o potencial de agregar valores alheios à sociedade que os assimilam, podendo ser entendidos como construções de impacto, por características formais ou de uso, localizadas estrategicamente com a intenção de revitalizar ou valorizar uma região. São essencialmente uma concepção política, pois promovem a imagem local com a intenção de atingir projeções globais, tornando-se referências universais de uma cultura e um lugar, estabelecendo e renovando identidades (Duarte, 2006).

⁵ Os marcos, aqui, remetem a espaços que viram referência de um lugar, indiferente de serem monumentos históricos, ícones contemporâneos ou outros espaços que sofreram apropriação.

⁶ A palavra monumento tem origem no latim *monumentum*, sendo derivada de *monere*, que se traduz como aquele que interpreta a memória.

⁷ A noção de territorialidade está ligada à influência de valores, símbolos, significados, acordos que se reconhecem sobre determinada área, podendo se exercer por um indivíduo, grupo social, leis ou qualquer sensação que transpasse a ideia de território ao usuário de um determinado espaço (Duar-te 2002; Crestani, 2014).

⁸ A urbanidade é reconhecida em uma tríade: “Em uma dimensão fenomenológica da urbanidade (o reconhecimento do Outro a partir da sua presença em nosso campo de percepção) [...]; uma dimensão comunicativa da urbanidade (a cidade e seus espaços como o loci do convívio urbano e meio da comunicação) [...] e uma dimensão ontológica da urbanidade (produzida na relação entre práticas e espaços da cidade como dados estruturantes da realidade material)” (Netto, 2012, p. 36).

⁹ Resultado de pesquisa perceptual aplicada aos moradores de Curitiba no final de 2015, que apontou o Largo da Ordem como a imagem histórica da cidade, justificada pelas permanências e acúmulo de tempos para a maioria dos questionados - 38% de uma amostra de 145 respondentes (Klein, 2016).

⇒

territórias 36

146

Se os conjuntos edificados podem ser entendidos como representação concreta da memória coletiva (Rossi, 2001; Yázigi, 2001), o desenho urbano tanto pode ser uma oportunidade de impressão de memória, como uma fragilidade frente aos processos intervenientes no planejamento urbano e conseqüentemente manutenção de espaços simbólicos.

As pessoas têm maior facilidade para estabelecer identidade com os ambientes antropizados e planejados, uma vez que estes contemplam códigos que orientam o comportamento humano (Tuan, 1983). Esta codificação não só se traduz pela possibilidade de ler o espaço construído pelas relações de medida e localização do corpo humano, mas também pelas mensagens arquitetônicas.

Sendo cada cidade *a priori* singular em seu contexto – com relevo, clima, política, economia, uma sociedade e uma cultura em constante mutabilidade (Macedo, 2010; Wall, 2012) –, o espaço tridimensional, objeto de planejamento, decorre de interações entre as materialidades e as imaterialidades específicas do urbano, no exercício de planejar e projetar um território que corresponda, não só à dimensão física ou a aspectos funcionais, mas inclua particularidades de forma e cultura (Lamas, 2007).

Lamas (2007, p. 68) argumenta que “o direito à qualidade da paisagem e da arquitetura é um direito social”, ressaltando que a excelência da cidade na sua expressão formal pode ser entendida como diretriz de ordenamento do território, e

dando destaque às definições de escalas e proporções, bem como de projetos de monumentos ou ícones que possuem referência temporal e contextualizam a história local. Martins (2010) reconhece na menor escala – a escala do lugar ou espaço simbólico – a oportunidade de manifestação das exclusividades culturais, como meio de incentivar o imaginário urbano e promover o sentido de pertencimento da sociedade ao seu espaço.

Neste contexto, busca-se aqui investigar as relações existentes entre o planejamento urbano para o patrimônio cultural e a formulação/sustentação da memória coletiva. O objetivo é questionar em que medida a imagem politicamente formulada se relaciona a um processo genuíno de tessitura da memória coletiva, e como tais movimentos podem se retroalimentar. Para isto, realiza-se um estudo de caso do planejamento de espaços simbólicos de Curitiba tendo especial enfoque sobre o Largo da Ordem, que se insere no Setor Histórico da cidade.

2. Curitiba: planejamento e promoção de espaços simbólicos

O setor histórico, na figura do Largo da Ordem, permanece como cenário de multiuso pela população da cidade desde sua origem (no século XVII), caracterizando-se na contemporaneidade como um espaço de apropriação de diferentes coletividades. A permanência do Largo da Ordem como espaço simbólico parece, sobretudo, muito mais sustentada por sua capacidade

de projeção como um lugar de memória urbana, do que dependente de ações de intervenção municipal relacionadas à sua manutenção como local identitário da imagem e da memória da cidade (figura 2).

Na ascensão vertical de um século (figura 3) o Largo mantém-se como espaço de reuniões urbanas, inicialmente motivadas por festas religiosas (década de 1910), substituídas na contemporaneidade (década 2010) por eventos culturais associados às feiras, música e ao carnaval.

Além de ser um contínuo espaço de animação urbana, o Largo da Ordem define um importante contexto da história de Curitiba, não apenas pela representatividade dos monumentos e marcos patrimoniais que reúne, mas também por se ratificar como local da convivência de múltiplas territorialidades⁷, se mostrando um espaço com uma urbanidade⁸ característica, que conjuga a interação de elementos históricos e usos contemporâneos de diversas ordens e significados.

O Largo possui boa parte de sua arquitetura dedicada a Museus e equipamentos urbanos que desenvolvem atividades vinculadas ao caráter cultural (figura 4). Mesmo com expressiva densidade de monumentos e usos de seu entorno, a Feira do Largo da Ordem – que ocorre todos os domingos desde 1973 – é sua atividade/evento mais atrativa/o, reunindo um contingente de aproximadamente 15 mil visitantes por domingo, entre curitibanos e turistas (Gazeta do Povo, online), tornando o Largo um dos locais mais frequentados da cidade.

Figura 2: Reportagem relativa à gestão do Largo da Ordem e sua permanência como espaço apropriado



Fonte: Jornal Gazeta do Povo (maio de 2008). Acervo da Casa da Memória, 2015.

Figura 3: Retratos do Largo da Ordem na evolução do tempo cronológico (vertical)



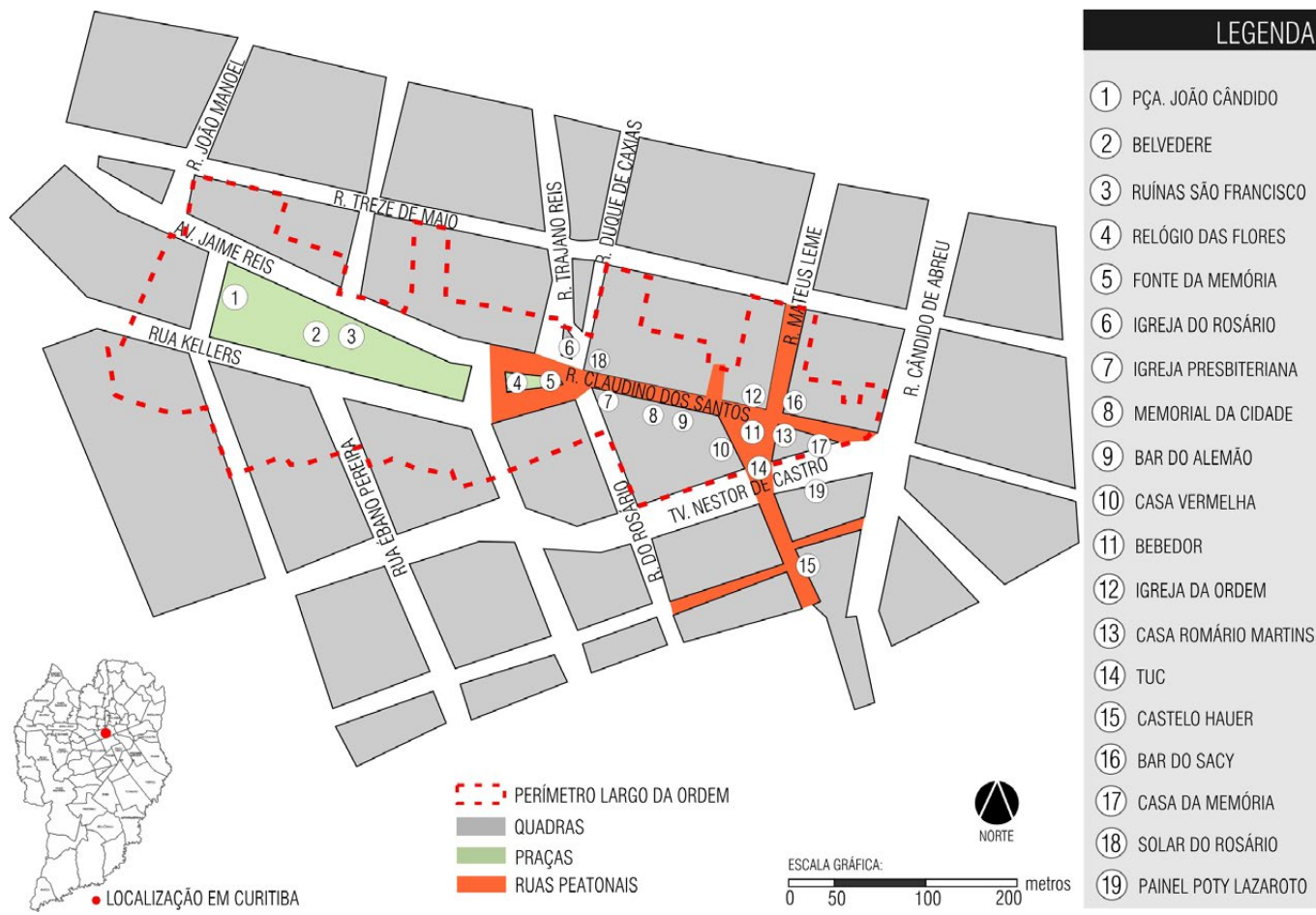
Fonte: Acervos de (a) Curitiba Antiga, (b) Instituto Municipal de Turismo de Curitiba e (c) Casa da Memória e IPPUC.

Os habitantes de Curitiba endereçam à materialidade do complexo arquitetônico do Largo à identidade histórica da coletividade, à corporificação da origem da cidade e, extrapolando o caráter institucional de setor histórico, percebem neste espaço a sobreposição de temporalidades que dá sentido ao presente, conectando-o com os significados do passado⁹.

territórios 36

147

Figura 4: Inserção do Largo da Ordem e seus marcos de referência



Fonte: elaborado pelos autores, 2015.

O amplo reconhecimento local e externo como patrimônio cultural da cidade sublinha o Largo como um dos “lugares da memória” de Curitiba, considerando a reunião de signos que o envolve como *locus* de reconhecimento da imagem coletiva. A apropriação do espaço revela o resgate

de sentidos reconhecíveis pela memória coletiva, selecionando as conotações históricas pertinentes à valorização por meio das práticas espaciais atuais.

“A memória é construída através da escolha do que se quer esquecer” (Monastirski, 2009, p.327). Assim como a apro-

priação coletiva é fruto de uma escolha arbitrária, guiada pelos elos semânticos que condicionam as práticas socioespaciais, a determinação de um espaço como identitário da memória urbana passa por decisões políticas e posições ideológicas, na medida em que sua manutenção implica no maior ou menor reforço de determinados significados, símbolos e traços culturais que se relacionam com a imagem (que se quer) da cidade.

Deste modo, patrimônio e memória urbana se alinham como construções sociais vinculadas à escolhas e exclusões populares e políticas, justificando a busca pela compreensão sobre o quanto da capacidade do patrimônio do Largo da Ordem, de legar a continuidade histórica de significados para a memória coletiva, é sustentada por processos políticos, ou o quanto desta identidade como espaço memorável se estrutura nas escolhas coletivas, não necessariamente correspondentes às estratégias de gestão.

2.1. Largo da Ordem e memória urbana: da relação entre apropriação espacial e políticas de gestão patrimonial

As relações de identidade social, reconhecimento de valores e continuidade histórica existentes entre o patrimônio e a imagem da cidade, ilustram o quão complexo é o processo de sustentação da memória associada à materialidade, sendo as iniciativas de conservação ou restauração física pouco capazes de contribuir na manutenção de

relações semânticas residentes na conformação da memória coletiva.

As iniciativas de gestão relativas ao conjunto patrimonial do Largo da Ordem se apresentam de modo bastante pontual no desenho das políticas urbanas que atuaram entre diferentes períodos da cidade. Existe um processo pouco aclarado sobre o quanto as articulações políticas de salvaguarda do patrimônio do Largo da Ordem e os movimentos de apropriação dos diversos segmentos sociais, se interpodem e se retroalimentam na definição (ou supressão) deste espaço como um “lugar da memória” de Curitiba.

Para a interpretação de tal questão, são considerados dois grupos de dados: o primeiro, sobre o registro temporal do Largo da Ordem como espaço identitário coletivamente reconhecível. Neste conjunto, se considerou o reconhecimento dos elementos materiais, que definem o Largo da Ordem (ícones, marcos, edificações, etc.), e de como eles se efetivam como âncoras de significados da memória coletiva no percurso histórico, a partir da gestão ou apropriação popular. O segundo grupo de dados considerou o modo como a população referencia suas apropriações no Largo da Ordem em um momento contemporâneo, buscando identificar quais objetos concretos desta paisagem são associados à visibilidade e comunicação¹⁰ de seus modos de utilizar o espaço.

Foram fontes de dados para as duas abordagens: (i) estudo bibliométrico de notícias históricas do Largo da Ordem arquivadas pela Casa da Memória, que reúne

¹⁰ Ferrara (2008) e Netto (2014) argumentam que visibilidade e comunicabilidade dos processos de apropriação do usuário pelo espaço revelam, em suas estratégias de veiculação social, a expressão que os significados de determinado espaço exercem sobre o indivíduo (ou grupo).

¹¹ A definição desta data como corte da bibliométrica se deu considerando que é neste ano que, pelo Decreto nº 1.160, foi criado e delimitado o Setor Histórico de Curitiba.

¹² Importante mencionar que o Instagram, como instrumento “virtual”, possui limites quanto ao alcance do perfil populacional representado (social e culturalmente) no estudo, já que é um aplicativo que não abarca distintas camadas sociais e culturais, e as diferenças que delas derivam. No entanto, para o objetivo deste trabalho, o uso dos dados do aplicativo apresentam como amostra significativa de inversões e/ou aproximações entre discurso de gestão e apropriações sócioespaciais.

¹³ *Belvedere, Bebedouro e Cenáculo da Igreja da Ordem e Ruínas de São Francisco.*

mais de 100 publicações entre 1971¹¹ e 2014. O banco de dados foi estruturado em: data, jornal de veiculação, autor da reportagem, título da reportagem e temática. O segundo grupo de dados reúne 674 fotografias associadas ao Largo da Ordem, publicadas pela população em 2015 pelo aplicativo Instagram¹². O arquivo registra a data da foto, localização da fotografia e monumento ou ícone destacado pelo usuário.

Os resultados demonstram a vocação histórica do Largo da Ordem como espaço cultural. Seu reconhecimento como patrimônio arquitetônico aparece periodicamente, principalmente na valorização e resgate de monumentos históricos (com enfoque nas Ruínas de São Francisco, o Belvedere e o Bebedouro). A partir de 2000, especialmente com as ações da Rede Empresarial do Largo da Ordem (após 2010) o Setor Histórico se potencializa como sede de múltiplos eventos e esta nova característica faz do ano 2000, a linha de corte para que o espaço minimize sua associação como endereço de violência e degradação (figura 5).

Paralelamente, visualiza-se que ao longo do mesmo período, a gestão concentra seu foco em intervenções físicas que imprimem o tempo cronológico (vertical) na paisagem do Largo, mantendo a narrativa histórica deste espaço. Mesmo nas ações imateriais, observa-se a existência de uma “estratégia” continuada na promoção de feiras de mesma temática entre diferentes décadas, expressando uma iniciativa muito tímida quanto à valorização dos aspectos

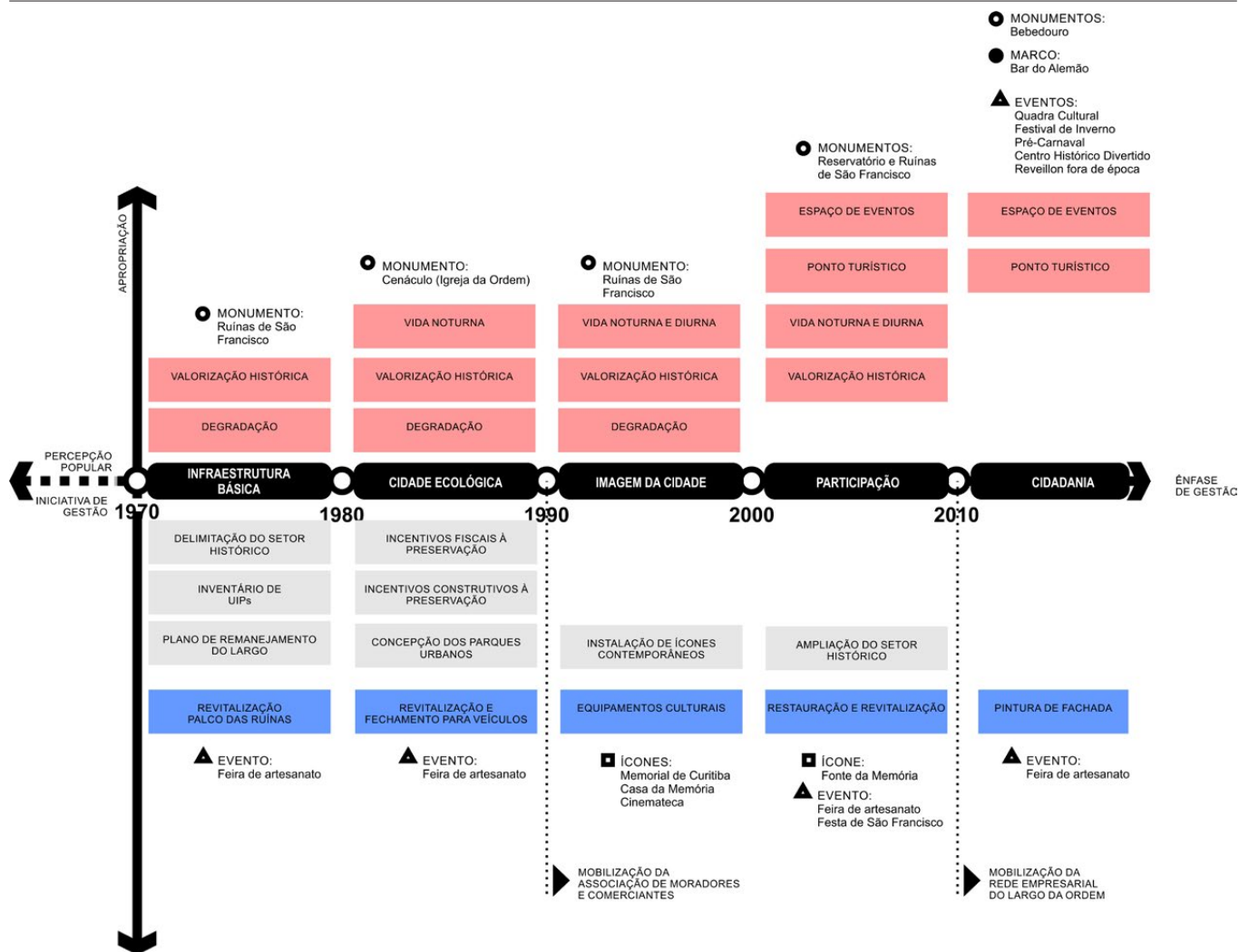
reivindicados pela população para períodos distintos e suas peculiaridades.

Ao mesmo tempo, nota-se que quando o Largo é impulsionado por iniciativas populares, como local referencial turístico da cidade (a partir de 2000), o tema “degradação” desaparece do registro da percepção popular, o que coincide com momentos em que emergem mobilizações sociais locais.

Entre as referenciais de mídia que endereçam memória ao Largo da Ordem, os monumentos históricos predominam nas publicações, em especial na década de 1980, momento que antecede a política de implementação de ícones urbanos, onde existiu uma promoção de esforços fiscais para a preservação do Patrimônio Histórico. Por outro lado, entre os quatro monumentos mais referenciados¹³ apenas as Ruínas estão mapeadas como UIP, desvinculando a memória da cidade das questões de formalidade de gestão. Da mesma forma, a Casa Hoffman, outra UIP do Largo da Ordem, é destacada com menor frequência que os ícones contemporâneos (Casa da memória, Memorial de Curitiba e Fonte da Memória). Como espaço tradicionalmente boêmio, os bares tornaram-se marcos do Largo da Ordem e também se sobrepõem à frequência de publicação relacionada ao Patrimônio Histórico.

Considerando a imagem da memória popularmente atribuída ao Largo, com fonte nos registros mais atuais – Instagram em 2015 –, novamente são os ícones contemporâneos que mais figuram como pano de fundo dos espaços mais

Figura 5: Apropriação de monumentos, ícones e eventos pela população e pela gestão entre 1974 e 2014



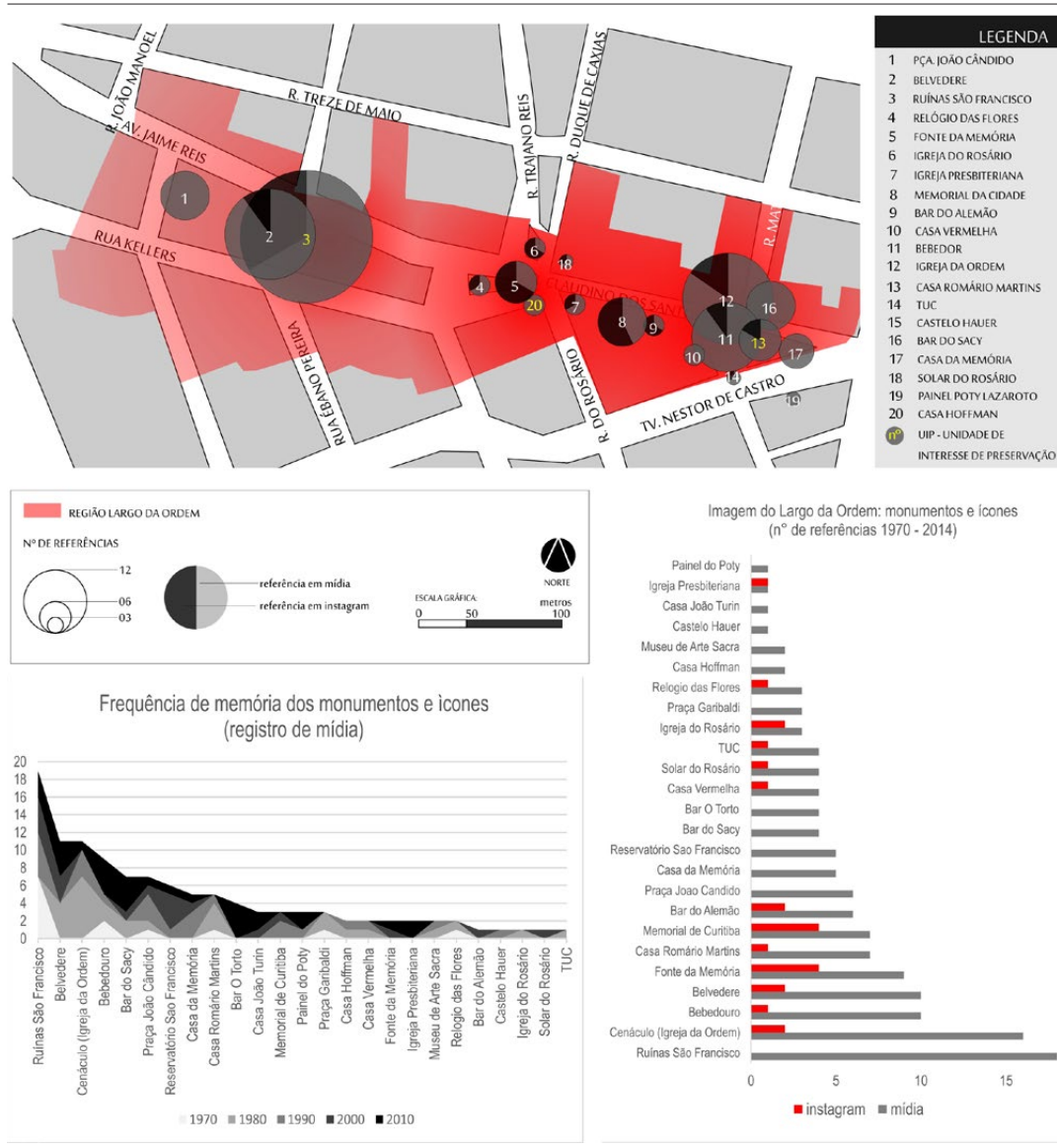
Fonte: Elaborado pelos autores (2015) a partir de pesquisa bibliométrica virtual e física de notícias relacionadas ao Largo da Ordem.

apropriados neste contexto, destacando-se a Fonte da Memória e o Memorial de Curitiba (figura 6). Este deslocamento da referência histórica – dos monumentos aos

ícones contemporâneos – enfatiza o modo como a memória do Largo permanece inerte à dinâmica de renovação da cidade e às pressões da verticalização temporal.

territórios 36

Figura 6: Densidade de corporificação da memória urbana



Fonte: Elaborado pelos autores, 2015.

Tal propriedade reforça a permanência dos aspectos simbólicos deste espaço num cotidiano urbano contemporâneo, motivando, portanto, a manutenção de seus significados, sem que estes tornem-se extemporâneos no tempo cronológico (vertical). Colocado de outro modo: o Largo parece manter-se num tempo horizontal (vivido) como referência de origem aos cidadãos, mesmo que suas significações adquiram mobilidade e incorporem novas dimensões no tempo vertical.

Estes são registros que sublinham o caráter eclético e democrático da identidade do Largo: onde coexistem e se sustentam na memória coletiva, monumen-

tos históricos e ícones contemporâneos, religiosidade e boemia, carnaval e rock, artesanato e gastronomia, e eventos de múltiplas naturezas.

Nas percepções capturadas pelo tempo vivido (ao menos considerando a amostra que este estudo foi capaz de capturar, a partir do uso de dados do aplicativo Instagram), o Largo coleciona imagens inauguradas por uma sensação de degradação e desloca-se nesta linha horizontal associando-se a um retrato boêmio, transfigurando-se em uma paisagem turística e consolidando-se como lugar de animação urbana (figura 7).

Figura 7. Retratos do Largo da Ordem na evolução do tempo vivido (horizontal)



Fonte: Acervo Casa da Memória, referentes a publicações da Gazeta do Povo.

No processo multidirecional (horizontal e vertical) de apreensão do Largo da Ordem, a gestão municipal tem demonstrado um esforço concentrado na manutenção dos aspectos de materialidade do Largo, principalmente de caráter patrimonial, enquanto também busca institucionalizar a tradição cultural deste espaço. Por outro lado, espontaneamente, o público tem endereçado diversos significados ao Largo, inclusive descolados do caráter histórico desta paisagem, elegendo, logo, diversos marcos (multidatados), como corporificação de signos coletivos, o que imprime ao espaço a atemporalidade de ambientes universalmente inteligíveis, carregados de significados e adotados como lugares coletivos (Kohlsdorf, 1996).

Considerações Finais

A constituição e adensamento da memória urbana envolve relações subjetivas entre processos imateriais e concretos. A materialidade, na maioria das vezes, não é capaz de dar nitidez a símbolos e valores socialmente reconhecidos como parte legítima da história e do significado dos espaços urbanos. Existe, na interpretação deste movimento entre a visibilidade e invisibilidade da conformação dos lugares da memória, diferentes planos de percepção e apropriação do espaço e do patrimônio: tanto para o lado da gestão como para o da população.

A estabilidade dos significados que dão sentido à permanência de determinados contextos como referência da memória

depende, neste sentido, de um movimento duplo entre: apropriação continuada (horizontal e vertical) dos que se sentem pertencentes àquele(s) espaço(s), reforçando a importância simbólica que ele representa; e o seu reconhecimento politicamente legitimado como patrimônio cultural, com sentidos a serem resguardados e arejados constantemente pelas estratégias de gestão.

Neste processo, há que se ponderar os limites da gestão do patrimônio, para que o reforço de determinados espaços ou significados expressivos da cidade, não acabem por servirem como objetos da prática de manipulação instrumentalizada pelo *city marketing* que, em um discurso afinado à rede competitiva de imagens, isola alguns valores para intensificá-los como moeda de desenvolvimento, suprimindo demais sentidos da identidade local.

Deste modo, se a memória de determinados espaços e símbolos é publicamente reconhecida, mas politicamente sublimada, existirá aí uma tensão de constituição da identidade e imagem da cidade, uma vez que a construção da memória urbana é também instrumento de poder sobre a definição dos espaços de permanência dos significados. Tais significados que se adensam no tempo (ou que se queiram adensados), serão sempre fruto de uma construção social (Monastirski, 2009).

É assim que a memória produzirá seus efeitos na cidade: direcionando uma determinada historicidade para os sentidos e para os sujeitos, e buscando endereçar-se em espaços para fundamentar seu reconhecimento coletivo. O arranjo e o funcio-

namento da estrutura urbana – sua arquitetura, seus escombros, trajetos, trejeitos ao longo do tempo – dispõem pontos de acesso a diferentes modos de contar a cidade (Fedatto, 2009).

A partir da experiência de gestão patrimonial de Curitiba - mais especificamente com análise focada sobre o Largo da Ordem -, percebe-se um esforço contínuo da municipalidade em manter, ao longo do tempo, condições para que a materialidade deste espaço o ratifique como *locus* de uma história continuada, que seja popularmente reconhecível e imagetivamente apropriada.

Pode-se ressaltar que, em relação ao Largo, a prefeitura atua, predominantemente na comunicação do tempo vertical, garantindo o registro histórico corporificado à paisagem. Paralelamente, são as permanências mantidas pelas políticas públicas que ancoram o imaginário coletivo que, horizontalmente, resignificam continuamente a imagem deste espaço, que mesmo passando por períodos de degradação, sobrevive como endereço de animação e recordações coletivas.

Ainda que se verifiquem ações um tanto genéricas para gestão patrimonial – como pinturas de fachada, revitalizações de edifícios, planos de iluminação urbana, etc. – praticadas tanto no Largo da Ordem quanto em outros espaços simbólicos de Curitiba, estas encontram, nas apropriações socioespaciais do setor histórico, respostas que vêm fortalecendo-o como um dos “lugares da memória” da cidade. Esta realidade remonta as argumentações de Nora (1995) e Monastirski (2009),

no que tange à importância dos espaços serem escolhidos como local memorável, tanto pelo lado da gestão que garante a subsistência de sua materialidade, como para o lado da população que lhe confere significados duráveis no tempo.

Mesmo que os significados sociais no tempo vivido atual não estejam conectados necessariamente ao patrimônio histórico, a apropriação heterogênea e “manutenção” de determinada porção espacial como local identitário e de pertencimento, determina-o como espaço da memória coletiva (Nora, 1995). Neste âmbito, a representatividade que o Largo da Ordem possui como lugar da memória, parece se relacionar à gama de apropriações coletivamente estabelecidas que sua materialidade histórica foi capaz de adensar no tempo, acumulando experiências plurais que vêm resignificando os sentidos originais deste território, mas que se mostram capazes de retroalimentar sua vitalidade como espaço simbólico, além de legitimá-lo como espaço memorável da cidade em um processo atemporal.

Referências

- Almozara, P. & Dias, M. (2002). A cidade como suporte e elemento intrínseco em produções artísticas. *Cultura Visual*, (17), 75-92.
- Assmann, A. (2011). *Espaços de recordação: formas e transformações da memória cultural*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.
- Azevedo, A., Magalhães, D. & Pereira, J. (2010). City Marketing - MyPlace in

- XXI - Gestão Estratégica e Marketing de Cidades. Grupo editorial Vida Econômica.
- Crestani, A. M. Z. (2014). *Revelando lugares e territórios urbanos: espacialidades urbanas e suas sobreposições na cidade contemporânea*. Curitiba: Appris.
- Duarte, F. (2002). *Crise das matrizes espaciais*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- Duarte, R. B. (2006). Estruturas Comunicativas: as pontes ícones. *Fabrikart: Arte, Tecnologia, Indústria, Sociedad*, (6), 80-89.
- IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. (2004). Carta de Bagé ou Carta da Paisagem Cultural. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/portal/>>. Acesso em: 25 de nov. de 2013.
- Fedatto, Carolina Padilha. (2009). Poesia na cidade: como a memória se inscreve na história. *Revista Palimpsesto*, (7). Disponível em http://www.pgletras.uerj.br/palimpsesto/num7/estudos/Artigo_CarolinaFedatto.pdf
- Felinto, E. & Andrade, V. (2005). A vida dos objetos: um diálogo com o pensamento da materialidade da comunicação. *Contemporânea - Revista de Comunicação e Cultura, América do Norte*, 3. Doi: dx.doi.org/10.9771/1809-9386contemporanea.v3i1.3448
- Ferrara, L. D'A. (2002). *Design em espaços*. São Paulo: Rosário.
- Ferrara, L. D'A. (2008). *Comunicação, espaço, cultura*. São Paulo: Annablume.
- Halbwachs, M. (2006). *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro.
- Klein, R.M.M.A. (2016). Paisagem Sustentada: relações identitárias entre habitantes e espaço habitado no processo de gestão urbana de Curitiba, Paraná. 153f. Documento de pré-qualificação, Doutorado em Gestão Urbana, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba.
- Kohlsdorf, M. E. (1996). *A apreensão da forma da cidade*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília – UnB.
- Lamas, J. M. R. G. (2007). *Morfologia urbana e desenho da cidade* (4a. Ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Macedo, S. S. (2010). *Paisagismo brasileiro na virada do século: 1990-2010*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – EDUSP.
- Maluf, C. (2008). Espaço, tempo e lugar. *Revista Pós, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAUUSP*, (23),70-83. Doi: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2317-2762.v0i23p70-83>
- Martins, S. C. L. (2010). Paisagens urbanas: imaginários e dinâmicas na paisagem contemporânea, 2010. 104f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura Paisagística) – Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.
- Monastirski, L. B. (2009). Espaço urbano: memória social e patrimônio cultural. *Revista Terr@Plural*, 3(2), 323-334. Doi: <http://dx.doi.org/10.5212/TerraPlural.v3i2.323334>

- Netto, V. (2014). *Cidade & Sociedade - As tramas da prática e seus espaços*. Porto Alegre: Editora Sulina.
- Nora, P. (1995). Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. *Projeto História, São Paulo*, (10), 1-22.
- Nora, P. (2008). *Pierre Nora en les lieux de mémoire*. Montevideo: Trilce.
- Pallasmaa, J. (2011). *Os olhos da pele: a arquitetura e os sentidos*. Porto Alegre: Bookman.
- Pêcheux, M. (1990). O discurso – estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes.
- Pêcheux, M. (1999). Papel da memória. In P. Achard, J. Davalon, J-L. Durand, M. Pêcheux & P. Orlandi. *Papel da memória* (pp. 49-58). Campinas: Pontes.
- Reis, J. C. (2006). *História e teoria: historicismo, modernidade, temporalidade, e verdade* (3.Ed.). Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas – FGV.
- Rossi, A. (2001). *A Arquitetura da Cidade*. Trad. port. São Paulo: Martins Fontes.
- Tuan, Y. (1983). *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: Difel.
- Tuan, Y. (1975). Images and mental maps. *Anais da Association American Geographers*, 65(2), 205-213.
- UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. (1999). *Operational guidelines for the implementation of the world heritage convention*. Paris: World Heritage Centre – WHC.
- Wall, E. (2012). *Desenho urbano*. Porto Alegre: Bookman.
- Yázigi, E. (2001). *A alma do lugar: turismo, planejamento e cotidiano em litorais e montanhas*. São Paulo: Contexto.

